

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO**

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º DE 2003.
(Dos Srs. Antônio Carlos Biscaia PT/RJ e Nelson Pellegrino PT/BA)

Solicitam sejam convidados a Sr.^a Dr.^a Cláudia Freitas Chagas – Secretária Nacional de Justiça, Sr. Dr. Luiz Eduardo Soares – Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Dr. Augusto Thompson – Ex- Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Sr. Luiz Antônio Nascimento Fonseca – Coordenador Nacional do Fórum Permanente para Assuntos Penitenciários, Sr. Breno Rocha – Presidente da Federação Nordestina de Agentes e Servidores Penitenciários para debaterem em reunião de Audiência Pública, preferencialmente entre os dias **28, 29 e 30 de outubro de 2003, o SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.**

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeremos a V. Excia., que ouvido o Plenário desta Comissão sejam convidados a Sr.^a Dr.^a Cláudia Freitas Chagas – Secretária Nacional de Justiça, Sr. Dr. Luiz Eduardo Soares – Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Dr. Augusto Thompson – Ex- Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Sr. Luiz Antônio Nascimento Fonseca – Coordenador Nacional do Fórum Permanente para Assuntos Penitenciários, Sr. Breno Rocha – Presidente da Federação Nordestina de Agentes e Servidores Penitenciários para debaterem em reunião de Audiência Pública, preferencialmente entre os dias **28, 29 e 30 de outubro de 2003, o SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.**

JUSTIFICATIVA

Ao longo desses anos, a categoria dos Servidores Penitenciários vem buscando apoio desta casa à sua luta. Essa categoria é espoliada desde os primórdios do fazer penitenciário, o Poder constituído e a sociedade os encaram como os ditos subversivos,

àqueles que no passado se deliciavam com o tormento humano fruto da imposição do regime. Carregam o fardo, trabalham com a “escória”, só colhem o fel.

Hoje, esses profissionais estão organizados a nível nacional, vivem novos tempos e acreditam que podem transformar este atual estado de caos. Têm projetos que contemplam tanto os servidores, assim como a população carcerária. Vários projetos tramitam no Congresso Nacional de interesse dessa categoria (PEC 151, Polícia Penitenciária, porte de arma e etc), os quais aprovados, mudariam a realidade aviltante a qual são submetidos.

Pleiteiam ainda, a inserção do Sistema Penitenciário na Constituição Federal de nosso país. Inexiste uma política penitenciária com diretrizes federais, o que leva a cada estado da federação a administrar o Sistema Penitenciário a seu modo.

Os acontecimentos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro - onde ocorre em média dois assassinatos de agentes por mês, demonstram a vulnerabilidade e a anacrônica política, atual, implementada pelos governantes. Recentemente o agente Penitenciário Paulo Roberto Rocha, Coordenador Regional do Complexo Penitenciário de Bangu, foi assassinado covardemente por manter a ordem nas unidades prisionais; em 05/08/03, outro fato gravíssimo na mesma audácia tirou a vida de um profissional de conduta ilibada, o agente penitenciário, Abel Silvério, diretor do Presídio Bangu III, foi assassinado com diversos tiros ao sair do trabalho (em anexo, matérias dos jornais O Globo e Correio Braziliense), além de outros episódios sanguinários em outros grandes centros como Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, etc, com vários assassinatos a agentes penitenciários.

Outrossim, não podemos deixar de registrar que essa categoria exerce a **segunda profissão mais perigosa do mundo**, conforme conclusão de estudos da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Ante ao exposto, solicitamos dos nobres pares dessa Comissão que seja aprovado este requerimento, o qual achamos ser um grande passo para a solução das gravíssimas questões ora explicitadas.

Sala das sessões, em 12 de agosto de 2003.

Antônio Carlos Biscaia
Deputado Federal PT/RJ

Nelson Pellegrino
Deputado Federal PT/BA